

11º Encontro da ABCP

Curitiba de 31 de julho a 3 de agosto

Área Temática: Sociologia Política

BUSCANDO POLÍTICAS PÚBLICAS, VOTOS OU CARGOS? A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE OBJETIVOS PARTIDÁRIOS (IOP).

Maurício Michel Rebello (UFFS)

Gustavo Giora (UFFS)

Matheus Henrique Gomes Pereira (UFFS)

Reasilva Aurora (UFFS)

Buscando políticas públicas, votos ou cargos? A Construção do Índice de Objetivos Partidários (IOP).

Resumo: Neste artigo, interpretamos que existem objetivos partidários discerníveis e diferentes ao longo do tempo nos países. Estes diferentes objetivos foram realçados pela literatura sobre organizações partidárias, dando origem, inclusive, há várias tipologias diferentes, como partidos de massa, *catch-all* e cartel. Assim, propomos a criação do Índice de Objetivos Partidários (IOP), que consiste em verificar, a partir de dados eleitorais, os três principais objetivos dos partidos políticos: votos (*vote-seeking*), políticas públicas (*policy-seeking*) e cargos (*office-seeking*). Para compor o banco de dados, foram selecionadas as eleições municipais do Estado do Rio Grande do Sul, entre 2008 a 2016, totalizando 1490 casos. O resultado da pesquisa quantitativa mostra um índice coerente, que pode ser utilizado em outros estudos. Além disso, conseguimos colocar os principais partidos políticos gaúchos em um *continuum* de objetivos, criando, inclusive, um triângulo tridimensional no que diz respeito aos objetivos partidários.

Palavras-chave: IOP; indicadores; partidos políticos; tipologias partidárias.

Introdução

A ciência política tem se dedicado, há bastante tempo, sobre o estudo das organizações partidárias (Downs, 1999; Duverger, 1970, Katz e Mair, 1997; Kirchheimer, 1966; Michels, 1979; Panebianco, 2005; Sartori, 1982). Ao longo de uma vasta bibliografia, observa-se que há um debate necessário sobre quais são as funções e objetivos dos partidos nas democracias contemporâneas (Manin, 1995; Mair, 2003; Wolinetz, 2002).

Compreendemos que existem objetivos partidários, dentro de uma perspectiva de escolha racional, na qual possamos situar os partidos políticos em um *continuum*. Deste modo, propomos, a partir de dados eleitorais agregados, a criação de um índice denominado Índice de Objetivos Partidários (IOP). Argumentamos, ao longo do artigo, que este indicador serve de referência no posicionamento das organizações partidárias sobre os três principais objetivos organizacionais dos partidos, segundo Wolinetz (2002): busca por votos (*vote-seeking*), busca por políticas públicas (*policy-seeking*) e busca por cargos (*office-seeking*).

Com dados sobre a conquista de prefeituras no Estado do Rio Grande do Sul, entre 2008 a 2016, como objeto de análise, aplicamos o IOP. Desta forma, são selecionados 1490 casos ao longo de três eleições. Para aplicar este indicador, optamos por escolher os seis maiores partidos gaúchos em número de prefeituras (PP, PMDB, PDT, PT, PTB e PSDB). Como mostraremos no artigo, incluindo um triângulo tridimensional, os principais partidos políticos gaúchos possuem objetivos organizacionais diferentes, alguns mais preocupados na conquista de votos, outros na de cargos e, em menor medida, políticas públicas.

A utilização deste índice, de fácil aplicação matemática, pode ser realizado em outros sistemas eleitorais que não o brasileiro. A condição de uso é que seja uma

eleição majoritária e que permita coligações eleitorais. O resultado do índice implica em discussões teóricas sobre quais são os principais objetivos das organizações partidárias e qual modelo teórico é compreendido: partido de massas, *catch-all* e cartel.

Os resultados indicam uma ótima satisfação do índice (com matriz de correlações extremamente associadas). Além disso, os três objetivos são independentes entre si em nosso modelo. Assim, não, necessariamente, uma organização que objetive cargos, não objetive, também, políticas públicas, por exemplo. Portanto, os resultados indicam que um novo indicador da ciência política pode estar surgindo – é necessário um conjunto de estudos maiores para mostrar a utilidade e o valor teórico e metodológico do índice. Este artigo faz parte de uma pesquisa maior, financiada pelo CNPQ.

O artigo está dividido em sete partes. Primeiramente, realizamos uma discussão teórica sobre as tipologias partidárias desenvolvidas pela literatura e os principais objetivos organizacionais das legendas ao longo do tempo. Após, realizamos uma revisão da literatura sobre os partidos políticos no Brasil e seus objetivos. Em um terceiro momento, construímos o modelo teórico para a construção do nosso indicador. Em seqüência, explicamos detalhadamente a construção do IOP. Em quinto, aplicamos o IOP nas eleições municipais gaúchas, entre 2008 a 2016. Disto, situamos os principais partidos políticos em um *continuum* de objetivos diferentes. Finalmente, tecemos algumas considerações finais.

A racionalidade dos partidos existe?

Nosso quadro teórico parte do pressuposto de Downs (1999) no qual, nas democracias, as organizações partidárias buscam votos, independente dos outros inúmeros objetivos que as organizações possam ter. Em qualquer lugar do mundo democrático, partidos políticos entram no campo da disputa política, tendo como objetivo máximo os votos do eleitorado. Quanto maior o número de votos obtidos pelos partidos políticos, seus objetivos essenciais foram atingidos.

Evidente que a abordagem por nós empregada deve ser criticada pelo seu viés determinista de diminuir os objetivos da organização partidária em uma única dimensão (votos). Mas é a existência desta crítica que dá sentido ao nosso modelo teórico. Inúmeros autores, ao longo dos últimos séculos, tentaram analisar este estranho “animal” que são os partidos políticos nas democracias contemporâneas (Downs, 1999; Duverger, 1970, Katz e Mair, 1997; Kirchheimer, 1966; Michels, 1979; Panebianco, 2005; Sartori, 1982). Em alguma medida, todos estes autores, identificaram objetivos que tais partidos políticos buscavam alcançar, como recursos financeiros, militantes, filiados, ideologias, poder, prestígio, etc.

Há muito a debater sobre tais objetivos, mas não há espaço para tanto neste trabalho¹. Sendo assim, propomos reduzir nossa discussão teórica em apenas três dimensões, votos, cargos e políticas públicas, que seriam as três dimensões mais relevantes nas organizações partidárias ao longo do tempo (Wolinetz, 2002). Em verdade, a proposição deste autor resguarda similaridades com as principais características de cada modelo partidário debatido pela bibliografia de partidos políticos: partidos de massas duvergeriano (*policy-seeking*), *catch-all partie* de Kirchheimer (*vote-seeking*) e, finalmente, o partido cartel de Katz e Mair (*office-seeking*).

É recorrente, na bibliografia da ciência política, um eterno mal estar pelo que os nossos partidos políticos produzem de resultado para as democracias contemporâneas. Não obstante a orientação epistemológica nessa discussão, o fato é que desde o início das democracias representativas, os partidos políticos são onipresentes (La Palombara, 2007). Deste modo, pode-se criticar a existência partidária, mas não se pode negá-la, nem mesmo a desconsiderar como elemento crucial nas atuais democracias. Apesar da forma resumida, apresentaremos, a seguir, os três principais modelos partidários para se compreender o modelo representativo atual.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, Maurice Duverger escreveu os Partidos Políticos (1970 [1951]). Neste livro, Duverger conceitua o que viria a ser chamado de Partidos de Massa. Esta “espécie” partidária teria ocorrido, principalmente, entre o início do século XX até meados do mesmo século. Suas características são: riqueza de militância, financiamento organizacional pelos próprios filiados, constituição de um nicho eleitoral determinado (classe *gardée*), uma clara ideologia com conteúdo programático demarcado. Neste período, Lipset e Rokkan (1967) mostram como o sistema partidário europeu era baseado em clivagens sociais, mostrando uma forte vinculação entre a sociedade civil e as organizações partidárias, com claras tendências de “congelamento” das opções partidárias, mostradas a partir de baixos indicadores de volatilidade eleitoral (Bartolini e Mair, 1990).

A grande questão chave para compreender os partidos de massa está em seu valor de tipo puro weberiano e não um modelo a ser seguido, ou seja, há uma idealização sobre as características dos partidos de massa, inclusive com claras tendências de crença de que é este o sistema partidário mais adequado para as democracias contemporâneas (Rebello, 2013). Em que pese à importância de Duverger (1970) para a compreensão da organização partidária, sua visão é muito

¹ Para uma grande revisão bibliográfica sobre as diferentes compreensões dos partidos políticos consultar Mayer (2017).

vinculada à Europa. A bibliografia norte-americana sobre partidos políticos, por exemplo, interpretou os sistemas partidários – incluindo o norte-americano – de forma diversa (Mayer, 2017).

O “tipo” partidário de massa não objetiva **somente** ganhar eleições (*vote-seeking*), ele nem sequer pode almejar isto dado que sua busca por votos se dá somente entre determinada clivagem social. Tão pouco objetiva alcançar cargos a qualquer custo (*office-seeking*), dado que, para isto, precisaria realizar alianças heterogêneas para estar no maior número de governos possíveis. Seu objetivo primordial e *raison d'être* está em fornecer uma representação política voltada a um conjunto de eleitores bem definidos, com forte conteúdo programático (*policy-seeking*). Um comentário importante é que nem todos os partidos políticos do início do século XX eram assim. Este tipo puro serviria mais a partidos socialistas ou social-democratas (Duverger, 1970). É neste sentido que Wolinetz (2002) compreende que um dos objetivos essenciais para algumas organizações partidárias é a busca por conteúdo programático, já que esta seria a principal demanda (*input*) de uma parte dos mandantes.

No Pós Guerra, Kirchheimer (1966), em um ensaio, percebeu que as legendas já não mais correspondiam às características descritas acima. Os partidos teriam ampliado seu leque eleitoral, por isso o nome “exagerado” de partido pega-tudo. Mas o fato é que eles aumentaram “a expectativa de mais eleitores” (Kirchheimer, 1966: 186). Com isso, houve perda de identificação partidária, queda de militantes, mudança no perfil de financiamento e, principalmente, um conteúdo programático mais difuso (Panbianco, 2005). Neste contexto, principalmente pós década de 1980, a volatilidade eleitoral dos sistemas partidários se tornam mais altas e há claras mudanças de sentido da representação, como a chamada democracia de público (Manin, 1995).

Como o próprio nome designa, o objetivo do *catch-all* é conseguir o maior número de votos possíveis (*vote-seeking*). Ele se torna uma máquina eficiente de conseguir apoio do público. Aqui cresce a proeminência de marketing em detrimento de militantes, a TV ganha destaque e, assim, os partidos não se restringem a conseguir apoio em um único nicho, mas em uma gama de diversos grupos. Aquilo que Sartori (1982) denomina como um entrecruzamento de clivagens.

Por fim, surge a denominação Partido Cartel, cuja aproximação com o Estado é tanta que o partido pode ser confundido como o próprio Estado (Katz e Mair, 1997). Aqui, o objetivo é explícito: obter recursos do Estado para garantir a própria sobrevivência. Ainda mais distante da sociedade civil e com pouquíssimo conteúdo programático, a noção de partido cartel transforma as organizações partidárias como

uma função meramente procedimental, em uma distante interpretação de como o partido político era pensado na primeira metade do século XX (Mair, 2003).

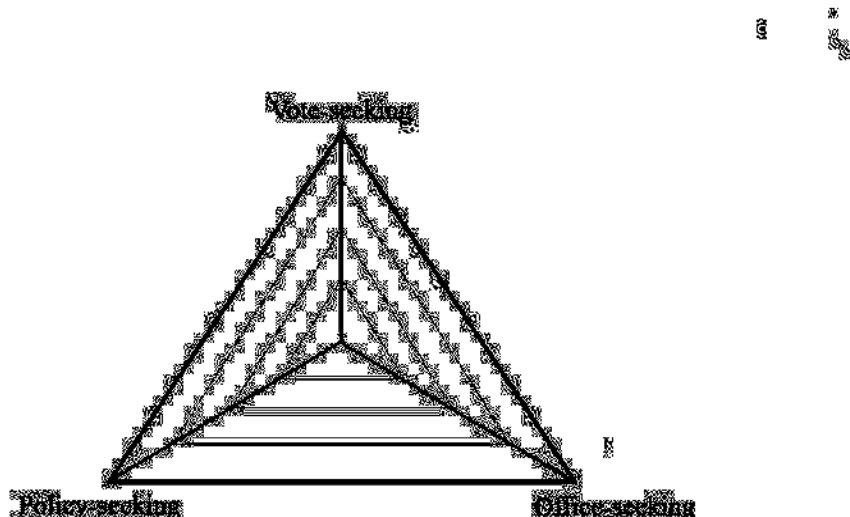
Nesta última dimensão, o objetivo é o mais claro de todos, garantirem a conquista de estar presente no Estado (Van Biezen e Kopecký, 2007). Contudo, para isso, pertencer aos governos, ter acesso aos gabinetes ministeriais, secretarias e órgãos se torna fundamental. Destarte, a busca por cargos, por patronagem, de maneira geral, é o principal objetivo da organização partidária (*office-seeking*).

Obviamente, ao tentar resumir a riqueza das organizações partidárias por meio de três tipos puros, tais construções teóricas recebem inúmeras críticas da literatura especializada. A principal delas é que as organizações partidárias não podem ser enquadradas em um modelo parcimonioso onde apenas três tipologias são aceitas. Em verdade, existiram muitas outras características e deveríamos alargar mais as bases da taxologia de “espécies” partidárias (Gunther e Diamond, 2003). Em estudo recente, mostrou-se como existe uma rica variedade de partidos políticos na América Latina, não podendo os mesmos serem compreendidos única e exclusivamente pela bibliografia europeia ou norte-americana (Mayer, 2017). Em outro sentido, Wolinetz (2002) chama a atenção para o fato que embora devêssemos reconhecer que alguns tipos partidários estejam historicamente mais presentes em determinados momentos históricos, isto não significa que eles não possam interagir ao mesmo tempo. Desta forma, o autor defende a tese de que podemos considerar os partidos políticos como um triângulo de objetivos: *vote, office ou policy-seeking* simultaneamente.

É neste mesmo sentido que defendemos a existência de uma racionalidade das organizações partidárias. Partidos políticos não são a mera soma dos filiados que os compõem, eles são fruto de vários fatores ao longo da história. Por isso, talvez não faça sentido tentar encontrar um único tipo puro das organizações partidárias em um determinado país. Como a afirmação de que o Brasil seria o reino do *catch-all partie* (Mainwaring, 2001).

Provavelmente, na maioria das democracias atuais, todos os partidos políticos almejem votos, cargos e políticas públicas. Entretanto, isto não significa dizer que não há diversas escalas entre tais objetivos. Alguns partidos de extremo conservadorismo na Europa, como a Alternativa para a Alemanha (AfD), por exemplo, almejam políticas públicas como seu objetivo primordial (como regras mais duras para os estrangeiros residirem e trabalharem em seu país). Ao tomar posições mais extremas, tais partidos políticos ficam mais restritos a alguns nichos eleitorais dado que seu objetivo não é o de “suavizar” o discurso para conseguir mais votos ou, de forma diversa, realizar alianças com o partido governante para obter cargos. Nestes mesmos países, partidos maiores e mais tradicionais possuem um conteúdo programático mais flexível. Além

disso, algumas coalizões, antes impensáveis – como aliança entre o SPD e CDU na Alemanha –, tornam-se possíveis dado o potencial de cargos que estar em um governo pode trazer. Assim sendo, nosso pressuposto teórico é de que podemos produzir uma escala de preferências das organizações partidárias onde podemos dispor eles em um *continuum* em três dimensões (votos, cargos ou políticas públicas). Como a figura geométrica abaixo demonstra (adaptado de Wolinetz, 2002).



As tipologias partidárias no caso do Brasil

A bibliografia brasileira sobre partidos políticos é muito rica, com diversos autores importantes. Todavia, são raros os casos nos quais as tipologias partidárias discutidas na seção anterior são analisadas de forma pormenorizada. Alguns estudos mostram apenas como existe um subdesenvolvimento partidário se comparado a outras democracias, principalmente se analisarmos a partir da perspectiva de partidos de massa de Duverger (Lamounier e Meneguello, 1986; Kinzo, 1993; 2001; Meneguello, 1998; Paiva; Braga e Pimentel Jr, 2007; Melo, 2007).

Ainda que nunca tenha existido um objetivo fundamental de comparar nosso sistema partidário com as tipologias desenvolvidas pela literatura, algumas observações devem ser consideradas. Em primeiro lugar, o fato é que nenhum partido brasileiro hoje é considerado como um legítimo representante do partido de massas. Há um claro descolamento entre o período histórico de formações de clivagens sociais na estrutura partidária brasileira com o sistema partidário atual. Desde o surgimento do império, já tivemos, ao menos, sete configurações partidárias distintas, de forma diversa a partidos políticos centenários existentes tanto na América Latina como no resto do mundo (Mainwaring, 2001; Melo, 2007).

A única aproximação que tivemos de partidos de massa foi o caso do PT, cuja sua gênese e até o início da década de 1990, foram marcados por conteúdo programático forte, coligações partidárias com maior consistência ideológica, alta participação da militância, financiamento diverso, alta participação dos movimentos sociais, comportamento Legislativo diferenciado e grande democracia e participação política interna (Meneguello, 1989; Kinzo, 1993; Mainwaring, 2001; Krause e Godoi, 2010; Amaral, 2011). Contudo, houve claras mudanças ao longo do tempo, não podendo hoje o PT ser situado como um representante do modelo de massas duvergeriano. Há claras mudanças no nicho eleitoral do PT, no seu financiamento, na sua organização interna e na sua relação com o eleitorado (Veiga, 2007; Samuels, 2008; Ribeiro, 2009; Rebello, 2013a; Krause; Rebello; Silva, 2015).

Como um todo, não é difícil para bibliografia sobre organizações partidárias situar o Brasil como um país cujos partidos tenham características descritas por Kirchheimer (1966) ou Panebianco (1982), como: conteúdo ideológico mais flexível; autonomia das lideranças frente à organização; queda da figura do militante como elemento central para a organização; amplo espectro ideológico e fontes de financiamento diversas. A seguir, veremos como os partidos políticos podem ser compreendidos, de maneira geral, nas seguintes dimensões que são relevantes para averiguar a presença dos tipos partidários: ideologia, militância, eleitorado e financiamento.

No quesito ideologia, é fato que o eleitorado apresenta ampla variedade (Singer, 2000; Kinzo, 2005; Paiva et al 2007; Paiva e Tarouco, 2011; Veiga, 2011). Todavia, a questão de se as organizações partidárias possuem um forte apelo ideológico é mais controversa. Alguns estudos sobre a ideologia dos partidos políticos foram realizadas desde a eleição de deputados constituintes (Martins Rodrigues, 1987). Neste tipo de pesquisa, que realiza *surveys* entre os deputados, mostra-se como há diferenças em termos ideológicos entre os deputados que compõe os partidos, como a defesa de maior participação do Estado em organizações classificadas como mais à esquerda. Entretanto, em muitos casos, as diferenciações entre partidos de centro-direta são mais confusas (Zucco, 2011). Apesar das diferentes metodologias, em um *survey* de especialistas, a classificação ideológica dos partidos mostra uma convergência muito forte sobre onde pôr os partidos em uma escala de esquerda a direita (Madeira e Tarouco, 2015).

Dizer que existem ideologias entre deputados de alguns partidos é diferente de afirmar que nosso sistema partidário possui uma alta coerência ideológica. Nos últimos anos, as coligações e coalizões de governo ficaram menos nítidas em termos ideológicos (Melo e Nunes, 2009; Krause et al, 2010). Possivelmente, a compreensão

mais razoável seja a de que as organizações partidárias brasileiras e seus parlamentares até possuam uma posição ideológica razoavelmente lógica, na qual os especialistas conseguem definir alguma classificação em um *continuum*. Todavia, esta posição ideológica não impede que existam coalizões e alianças totalmente incoerentes, mostrando como o objetivo organizacional não é o de formar uma agenda ideológica consistente com a posição dos partidos. Assim, não há argumentos razoáveis na ciência política para argumentar a favor de que existam partidos políticos grandes no Brasil com alta procura por uma lógica de aplicação de *policy*. Assim, neste aspecto, o sistema partidário brasileiro pode ser compreendido como mais próximo de um modelo *catch-all* (Mainwaring, 2001).

Quanto à militância dos partidos, são poucos os estudos existentes. Em geral, existe uma tendência mundial de queda do número de filiados a alguma legenda (Mair, 2003). No caso brasileiro, os maiores partidos têm sido PMDB e PT, o primeiro com mais de dois milhões de filiados e o segundo com pouco mais de um milhão e meio. No total, no último levantamento do TSE (2016) havia mais de dezesseis milhões de eleitores filiados. Ainda que este número represente um percentual maior que 10% entre os eleitores brasileiros, estes dados podem estar defasados já que os eleitores podem ter assumido sua filiação há anos e nunca mais ter ido a encontros oficiais dos partidos. Em geral, as organizações partidárias brasileiras não dependem tanto destes filiados como seria de se esperar no modelo de partido de massas (Speck; Braga e Costa, 2015).

Já no quesito eleitorado deve-se tomar cuidado para analisar separadamente a dimensão de eleição para o Executivo, principalmente a Presidência, com a eleição para o Legislativo. A eleição para Executivo elege, sobretudo, indivíduos. Quando Lula foi eleito presidente da República em 2002, por exemplo, teve mais de 45% dos votos no primeiro turno, já na Câmara dos Deputados o PT não alcançou nem 20% dos votos. Este efeito, chamado de *split-ticket voting* demonstra, sobretudo, que a preferência do eleitor muda conforme a arena eleitoral. Quanto maior a distância de voto entre o partido em duas arenas diferentes, inclusive, menor a probabilidade de existência de um eleitorado cativo, cristalizado ou enraizado (Mainwaring e Scully, 1994). Não obstante, muitos estudos mostraram que, em eleições presidenciais, existem clivagens importantes no eleitorado brasileiro (Singer, 2001; Carreirão, 2002; Hunter e Power, 2007).

Agora, quando analisado o sistema partidário brasileiro pela ótica das eleições ao Legislativo o cenário tem se mostrado de forma bem diferente. Alguns autores argumentam que a identificação partidária do eleitorado brasileiro, apesar de existir, não nos permite afirmar que as pessoas escolham as mesmas organizações no

momento do voto, mostrando uma visão cética de identificação partidária cristalizada (Kinzo, 2005; Nicolau, 2006; Rebello, 2013). Por outro lado, a volatilidade eleitoral para a Câmara dos Deputados, que no início da democratização se mostrava mais alta, apresentou sinais de queda – o que poderia indicar uma possível cristalização de preferências (Peres, 2005). Ainda assim, com exceção do PT, nenhum outro partido apresenta grande identificação partidária (Veiga, 2011). Destarte, o perfil de um partido com um eleitorado cristalizado, fiel, com uma clara clivagem social, é quase impossível de ser encontrado no Brasil, mostrando um padrão muito mais próximo do *catch-all partie*, na qual há maiores possibilidades das organizações partidárias alcançarem um eleitorado maior.

O financiamento dos partidos políticos também serve para compreender em qual tipologia o sistema partidário está situado. Em geral, os estudos sobre financiamento eleitoral dos partidos focam apenas o financiamento de campanha. Nestes estudos, a literatura é quase unânime ao afirmar que a contribuição de empresas privadas acaba sendo muito importante, sendo a fonte de financiamento majoritariamente composta por grandes empresas (Sachet e Speck, 2006; Mancuso, 2015; Rebello, Giora, Scapini, 2016). Já no caso de estudos sobre outras fontes de financiamento, como o fundo partidário, mostra-se como há um peso importante de financiamento estatal (Krause et al, 2015). Portanto, há certo equilíbrio entre o tipo *catch-all* e o tipo cartel na sua forma de financiamento, vindo uma parte das empresas privadas e outra, do Estado. A contribuição dos filiados possui, por sua vez, um peso bem distante no financiamento dos partidos, diferente de um modelo partidário de tipo de massas. Com a recente proibição do financiamento por parte de pessoas jurídicas e a criação de um fundo eleitoral, a democracia brasileira cada vez mais financia seus partidos por meio do Estado, indo em direção à tese de partido cartel (Katz e Mair, 1997).

Na verdade, são escassos os trabalhos que se propõe a analisar os partidos políticos sob uma ótica de tipologias construídas pela bibliografia. Quando isto é realizado, muitas vezes, eles ficam limitados a algumas dimensões. No estudo de Krause et al (2015), os autores se limitam a analisar somente o fundo partidário como elemento para compreender o financiamento dos partidos, sendo o entendimento final de que as organizações partidárias se aproximam do modelo tipo cartel. Em tese recente, Mayer (2017) mostra como existem diversos graus de complexidade interna por parte das organizações partidárias latino-americanas, aliado a diferentes graus de dependência em relação às lideranças. Assim, fica difícil perceber se as organizações partidárias guardam alguma relação com as tipologias clássicas dos partidos políticos.

Como síntese, podemos afirmar que as nossas organizações partidárias possuem as seguintes características: conteúdos programáticos razoavelmente definidos, mas com bastante flexibilidade; um número razoável de filiados, mas de pouca importância para o desenvolvimento de seus respectivos partidos políticos; um eleitorado com uma volatilidade média, mas com poucos eleitores fiéis a uma única legenda; um financiamento cujas principais fontes são as pessoas jurídicas e o fundo partidário mantido pelo Estado. Isto posto, fica fácil perceber as razões de nossos partidos serem enquadrados como organizações com características do tipo *cacth-all* ou cartel. Na próxima seção, assim, resumiremos, os principais objetivos das organizações partidárias em nosso modelo teórico.

Construindo axiomas: as diferentes racionalidades partidárias

Como falado anteriormente, a afirmação de que os partidos políticos objetivem, primordialmente, votos, é algo que compartilhamos com Downs (1999). Esta visão pressupõe que todos os partidos políticos queiram ganhar o máximo de votos possíveis dos eleitores – no limite, a totalidade dos mandantes. Felizmente, para um sistema democrático plural, eles não conseguem. Em algum momento, seja por diversas variáveis – cuja principal é a impossibilidade prática –, os partidos políticos deixam de perseguir única e exclusivamente o objetivo de conquistar votos, realizando, assim outros objetivos.

Axioma1. Organizações partidárias buscam votos como seu primeiro objetivo. Todavia, quando da impossibilidade de alcançar todos os eleitores, as organizações partidárias deixam de perseguir seu primeiro objetivo.

Restando outros objetivos, quais são eles segundo boa parte da literatura? Acreditamos que a maioria das organizações possua interesse em aplicar determinadas políticas públicas como grande objetivo. Todos os seus integrantes possuem uma ideologia em várias questões: participação do Estado na economia, valores morais, valores religiosos, valores democráticos e autoritários, valores sobre a preservação do meio ambiente, etc. Em geral, a distinção clássica é a diferença em termos de pensamento sobre a economia, ainda assim, existem inúmeras escalas de pensamento no qual o ser humano é classificado e colocado em um *continuum*. Os integrantes dos partidos também assim o são, fazendo com que a organização partidária retenha certa ideologia.

Axioma2. Organizações partidárias quando não alcançam o objetivo de ganhar votos, buscam as políticas públicas como principal objetivo.

E quando partidos políticos não possuem objetivos primordiais de ganhar votos ou aplicar políticas públicas? Existe outro objetivo bastante atrativo: ganhar espaço dentro do Estado. Desde o surgimento da máquina partidária moderna, muitos autores

perceberam o quanto a estrutura partidária almeja o Estado (Michels, 1979; Katz e Mair, 1997; Mair, 2003; Van Biezen e Kopecký, 2007). Assim, não seria nada novo supor que a busca – aqui descrita genericamente como cargos – é o objetivo em si de algumas organizações partidárias. A busca por cargos ou patronagem não é, necessariamente, igual a busca por *rent-seeking* (Adserá; Boix; Pane, 2003). Tal termo tem conotação pejorativa na arena partidária, já que significa obter rendas para si. Todavia, é visível que a maioria dos partidos políticos possuem um comportamento *rent-seeking* (Van Biezen e Kopecký, 2007).

Axioma 3. Quando o objetivo primeiro das organizações partidárias não é o de ganhar votos ou aplicar políticas públicas ele é, necessariamente, o de buscar a conquista de cargos.

A partir do que afirmamos até aqui, significa então que cada partido político possui um objetivo diferente? A resposta é sim e não. Sim, porque as organizações são diferentes ao longo do tempo e do espaço. Não, porque nenhuma organização é um modelo de tipo puro, e sim, um mix de objetivos dentro de uma mesma organização. Assim, todas as organizações possuem estes três objetivos acima descritos, ainda que o grau de preferência por elas varie em cada organização.

Axioma 4. Todas as organizações partidárias possuem objetivos. Estes objetivos são: votos, políticas públicas ou cargos. Existe um continuum de preferências em cada organização política que se entrecruzam e são independentes entre si, formando, desta forma, um mix triangular dos três objetivos.

A partir do modelo teórico exposto, pretendemos criar indicadores de fácil reprodução e compreensão para que os estudiosos das organizações partidárias possam analisar quais são os objetivos das organizações partidárias para que se possa compreender o modo de funcionamento dos partidos políticos nas democracias atuais.

IOP – Índice de Objetivos Partidários

A construção de indicadores utilizados na ciência política tem sido comum nas últimas décadas. Alguns deles, como o índice de fragmentação partidária (Rae, 1967), o índice do número efetivo de partidos políticos (Laakso e Taagepera, 1973) e índice de volatilidade eleitoral (Pedersen, 1980), por exemplo, influenciaram a ciência política de tal maneira que estes indicadores são essenciais na interpretação das eleições e do sistema partidário. Estes indicadores permitiram, por exemplo, um conjunto de estudos na política comparada nos quais os autores puderam comparar vários sistemas eleitorais e partidários em todo o globo (Bartolini e Mair, 1990; Lijphart, 2003; Maiwaring e Torcal, 2005; Norris, 2008).

Evidente que nossa intenção é mais modesta. Ainda assim, dado a discussão teórica anterior, propomos a criação de um índice que englobe a busca, pelos partidos políticos, de três objetivos: 1) votos; 2) políticas públicas; 3) cargos. Todos os objetivos variam de 1 (maximização total do objetivo perseguido) a 0 (minimização total do objetivo perseguido) e devem ser analisados em separado. Este indicador somente deve ser utilizado quando a competição for majoritária e permitir coligações. Os dados que precisamos são eleitorais (agregados) e devem conter as seguintes variáveis das organizações partidárias que pretendem ser estudadas: total de candidaturas partidárias do respectivo cargo em disputa; total de candidaturas partidárias vitoriosas; tipo de candidatura partidária – se isolada, coligada como cabeça de chapa, coligada sem ser cabeça de chapa; consistência ideológica da coligação – consistente, semiconsistente e inconsistente. Em princípio, todas as eleições que satisfizerem os critérios acima descritos podem utilizar o indicador.

Buscando votos (*vote-seeking*)

Se partidos políticos desejam votos como seu primeiro objetivo, como podemos saber se a organização partidária, realmente, objective isto? A resposta são as candidaturas vitoriosas. Se as organizações partidárias permitem uma grande busca por votos, não há sentido em disputar todas as eleições e perder em todas. Um exemplo é considerar todas as eleições para governador do estado de um partido que tem dezenas de candidaturas ao longo das décadas, mas ganhou muito poucas eleições. Certamente, a organização partidária gostaria de alcançar este objetivo (ganhar eleições, axioma um). Todavia, em função da realidade em que ela está inserida sua tarefa é muito difícil. Por outro lado, partidos políticos que busquem maximizar sua vitória, em geral, tenderão a permitir candidaturas somente com condições de vitória, ou seja, em que o cálculo seja a de que é possível construir candidaturas com viabilidade eleitoral. Deste modo, propomos a utilização de um indicador, chamado de índice de eficiência absoluta (Giora e Graboski, 2015). Desta maneira:

$$Ief(x) = \frac{\sum V(x)}{\sum D(x)};$$

Onde: $\sum D(x)$ é o somatório de disputas do partido quando ele é cabeça de chapa (x), e $\sum V(x)$ é o somatório de vitórias do mesmo partido (x).

Suponha que um partido político (x) lançou 100 candidaturas a prefeito no estado de São Paulo e não tenha ganhado nenhuma prefeitura. O resultado será $Ef(x) = 0/100 = 0$. Agora, suponha que ele ganhou em todas as disputas, $Ef(x) = 100/100 = 1$. Nestes exemplos, temos os limites do indicador (0 a 1). Como mostraremos mais adiante, é crível supor que no primeiro caso seja um partido político que busque outros

objetivos que não o voto. Já no caso do segundo, o cálculo racional de buscar votos foi perfeito.

Buscando políticas públicas (*policy-seeking*)

Aqui, devemos realizar uma ressalva: em princípio, todos os partidos políticos, ao buscarem o poder, possuem possibilidades de influenciar na tomada de decisão, e conseqüentemente, as políticas públicas. Contudo, são os partidos políticos mais ideológicos que possuem maior interesse em influenciar na aplicação de políticas públicas. Segundo a literatura especializada, nos últimos anos, houve uma queda de conteúdo ideológico nas organizações partidárias (Kirchheimer, 1966; Panebianco, 1982; Katz e Mair, 1997). Significa que tais partidos abdicaram de oferecer políticas públicas? De forma alguma. Todavia, seus objetivos principais não estariam em oferecer claros acenos ideológicos a um grupo determinado. Pelo contrário, caso estes partidos políticos sejam muito ideológicos, eles teriam dificuldade de conquistar outros setores sociais, renegando sua condição de *catch-all partie*. Mas como saber se a ideologia, ou o interesse por um conteúdo de políticas públicas está presente? A resposta é a inconsistência ideológica da coligação. Quando organizações partidárias se coligam com extremos opostos, automaticamente, elas estão limitando seu potencial de aplicação de políticas públicas. Um partido de esquerda, cujo programa seja a estatização de parte dos meios de produção, ao se coligar com um partido extremamente liberal cujo programa é de desestatização da economia, sabe que sua agenda deve ficar muito mais limitada. Para a candidatura, isto tanto vale ao oferecer políticas públicas para os eleitores como para formar coalizões posteriormente. É por isso que, seja na Europa, seja na América Latina, é muito incomum ver organizações partidárias de extremos opostos se coligarem entre si. No Brasil, por exemplo, partidos políticos mais à esquerda, não realizam coalizões ideológicas inconsistentes (Krause e Godoi, 2010). Deste modo, para indicar se partidos políticos buscam políticas públicas (*policy*), criou-se o Índice de Consistência Ideológica (ICI):

$$Ici(x) = \frac{\sum C(x)}{\sum D(x)};$$

Onde: $\sum D(x)$ é o somatório de disputas do partido (x), e $\sum C(x)$ é o somatório de candidaturas consistentes e semiconsistentes do partido (x).

Aconselha-se o uso de uma classificação ideológica utilizada por pesquisadores especialistas na área. Suponha que aquele mesmo partido que lançou 100 candidaturas em São Paulo – aqui independe se é ou não cabeça de chapa, lance 100 candidaturas consistentes ou semi-consistentes. O resultado será $Ici(x) = 100/100 = 1$. Do lado contrário, o partido que não lança nenhuma candidatura consistente ou semi-consistente, temos que: $Ici(x) = 0/100 = 0$. É muito razoável supor que existam claras diferenças quanto à preocupação de conteúdo programático destas

candidaturas. Caso você realize este teste com organizações partidárias extremas em um país, o resultado será próximo de um.

A opção de incluir coligações semi-consistentes, ou seja, candidaturas de centro com a esquerda ou de centro com a direita ocorre porque existem dúvidas de classificação quanto à distância ideológica entre partidos políticos (Power e Zucco, 2011). O PSDB, por exemplo, é geralmente classificado ao centro – alguns estudos já o classificaram como centro-direita (Mayer, 2017). Assim, não seria razoável supor que uma aliança com o DEM – desde o tempo do antigo PFL, sempre classificado como pertence ao bloco ideológico da direita –, por exemplo, inviabilize uma agenda programática próxima. Agora, a entrada de um partido como o PSOL, certamente, bloquearia as possibilidades de agenda desta aliança. Assim sendo, propomos um indicador com certa flexibilidade, para, realmente, mostrar candidaturas que tenham alguma proximidade ideológica.

Buscando cargos (*Office-seeking*)

Nosso último indicador tenta captar se a organização partidária possui como objetivo os cargos. Propomos, para isso, ver em que ponto a organização partidária em questão abdica ou não da cabeça de chapa. Quando uma organização concorre sem ser cabeça de chapa ela abdica de seu potencial eleitoral. Evidentemente, que a análise de uma única candidatura não nos permite afirmar isto. Mas, se ela sempre realiza tal comportamento, é provável que ela somente queira maximizar cargos (*office-seeking*). Deste modo, temos:

$$Icol(x) = \sum co(x) / \sum D(x);$$

Onde: $\sum D(x)$ é o somatório de disputas do partido (x), e $\sum co(x)$ é o somatório de candidaturas coligadas do partido (x) quando ele não é cabeça de chapa.

Utilizando o mesmo exemplo anterior, se a candidatura do partido sempre for coligada, sem ser o cabeça de chapa, o resultado será $Col(x) = 100/100 = 1$. Do lado contrário, caso suas candidaturas sejam sempre cabeça de chapa, o resultado será $Col(x) = 0/100 = 0$. Em geral, partidos que não objetivem cargos – como primeiro objetivo – não se dispõem de participar de coligações sem ser cabeça de chapa.

Um comentário importante é que os indicadores são independentes entre si. Como mostraremos a seguir, eles diferem de modo substancial em seus objetivos. Teoricamente, não pode haver um partido que maximize todos os objetivos: tanto votos, como políticas públicas e, também, cargos. Porque isto fere a idéia de lançar candidaturas próprias e, ao mesmo tempo, todas suas candidaturas serem coligadas sem ser cabeça de chapa. Em verdade, quase todas as organizações partidárias no mundo compartilham destes três objetivos, porém, a intensidade com que variam os três indicadores permitirá que coloquemos as organizações partidárias em um

continuum tridimensional (Wolinetz, 2002). Do lado contrário, pode ocorrer de um partido lançar candidaturas como cabeça de chapa e perder em todas, não objetivando votos, quando participou das eleições foi por meio de coligações inconsistentes, não objetivando políticas públicas e, também, não ter se coligado com ninguém quando não foi cabeça de chapa, não objetivando cargos. Desta maneira, teríamos um partido paradoxal, que, provavelmente, não exista no mundo real.

Outra ressalva é que nossa tentativa de criação de indicadores possui limites já que trabalhamos com idéia de *proxy* e não a análise do indicador em si. É por isso que propomos axiomas, já que é, teoricamente impossível saber, realmente, os objetivos das organizações partidárias. Mesmo em um *survey* com todos os filiados do partido, teríamos um conjunto de respostas heterogêneas e nem sempre verdadeiras – algum filiado afirmaria que o partido político como um todo somente busca cargos? Assim, acreditamos que o IOP (Índice de Objetivos Partidários) é o instrumento de pesquisa mais adequado e acessível para se chegar a compreender os objetivos das organizações partidárias. Este instrumento é simples, com cálculo simples e de fácil reprodutibilidade, possui uma boa cobertura da população, metodologicamente transparente e pode permitir séries históricas, algo desejável nas ciências sociais (Parahos et al, 2013).

Os objetivos dos partidos políticos no Rio Grande do Sul: aplicando o IOP.

A partir de agora, iremos analisar o caso dos partidos políticos no Rio Grande do Sul. A escolha deste Estado ocorreu porque outras observações do nosso grupo de pesquisa já tinham escolhido os municípios do Estado como unidades de análise. Como é a primeira vez que o indicador IOP é utilizado, esta pesquisa possui um caráter preliminar.

O estado do Rio Grande do Sul possui 497 municípios desde 2013. Nossa análise comporta três eleições municipais para prefeito (2008, 2012 e 2016), totalizando 1490 casos. Assim, não trabalhamos com uma amostra, e sim, com o total da população de municípios gaúchos. Este banco de dados conta com dezessete variáveis e ocupou cerca de duzentas horas para ser construído². Estas variáveis são as candidaturas partidárias vitoriosas e as candidaturas dos principais partidos políticos que envolvem cada um, a criação de mais duas variáveis: (a) se houve coligação e, quando houve, qual sua consistência ideológica; (b) quando participou do pleito foi como cabeça de chapa ou como coligado. Além disso, o banco averigua se há continuidade do mesmo partido político na prefeitura e se houve reeleição.

² Agradecemos bastante os recursos do CNPQ, sem os quais, a pesquisa teria sido impossível.

Nossa escolha de partidos políticos se deu, primeiramente, por uma definição de bloco ideológico (dois partidos de cada bloco), totalizando seis partidos políticos. Nossa opção foi escolher os maiores partidos políticos por cada bloco ideológico, selecionando assim: Partido Progressista (PP) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) pelo bloco da direita, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) pelo bloco do centro, Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT) pelo bloco da esquerda. Tais partidos perfazem mais de 90% dos prefeitos eleitos no RS nas últimas três eleições. Abaixo o quantitativo de prefeituras ganhas destes seis partidos políticos.

Tabela 1. Número de prefeituras conquistadas por partido político no RS (2008-2016)

Partidos Políticos	Prefeituras conquistadas* (%)	Frequência acumulada (%)
PMDB	27,1 (404)	55,8
PT	11,5 (172)	81,6
PSDB	4,4 (66)	91,9
Total	100 (1490)	100

Fonte: TSE, elaboração própria. Entre parênteses, o número de casos (N).

Outros pesquisadores poderiam escolher outros partidos políticos, mas acreditamos que a escolha do IOP deva ser realizada somente em organizações partidárias com alguma relevância política em termos de vitórias eleitorais. Não existe um número específico, mas a determinação é que, ao menos, 1% dos cargos conquistados tenham se dado pelo partido selecionado. Caso contrário, a seleção de pouquíssimos casos pode interferir no uso do IOP. No limite, um partido político que não tenha lançado candidaturas, terá zero em todos os indicadores, sendo um partido sem objetivo algum, o que, provavelmente, não é o caso de nenhuma organização partidária.

Nosso primeiro indicador do IOP, o perseguidor de votos (*vote-seeking*) são aqueles que lançaram candidaturas e conquistaram a vitória, obtendo a eficiência absoluta (Giora e Graboski, 2015). Como pode ser observado na tabela 2, os maiores partidos gaúchos em nível de prefeituras conquistadas são aqueles com melhor cálculo racional na busca por maximizar seus votos, PMDB e PP. Em verdade, ambas as organizações são tidas como as principais da política gaúcha em nível municipal

(Tavares, 1997). A partir do PDT, o objetivo de maximizar as eleições já começa a ficar um pouco mais distante, diminuindo, a partir daí, o objetivo de ganhar eleições. No caso do PSDB, a organização partidária sabe, como um todo, que as chances de vitória são relativamente pequenas quando comparadas, por exemplo, como uma legenda como o PP.

Tabela 2. Índice de eficiência absoluta (Ief) entre 2008-2016 nas prefeituras do RS

Partidos	Ief
[REDACTED]	[REDACTED]
PMDB	0,5
[REDACTED]	[REDACTED]
PT	0,36
[REDACTED]	[REDACTED]
PSDB	0,32
[REDACTED]	[REDACTED]

Fonte: TSE, elaboração própria.

Será que as organizações partidárias exercem algum cálculo racional no sentido de maximizar o voto, e com isso, ter potencializada a sua força eleitoral? Uma possível relação existente é correlacionar o número de prefeituras conquistadas pelos partidos (tabela1) com a eficiência absoluta (tabela 2). O resultado é: 0,97 (Pearson). Ou seja, existe uma correlação quase perfeita entre os partidos conquistarem prefeituras e colocarem as candidaturas com maior potencial de vitória. Dito de outra forma, os partidos políticos com maior potencial eleitoral são aqueles que justamente somente colocam em disputa candidatos com chances reais de vitória, **numa clara maximização de vote-seeking**. Evidente que tal posição é desejada por várias organizações partidárias brasileiras, mas poucas conseguem tal êxito. Em futuros trabalhos este cálculo precisa ser realizado novamente, dado a correlação quase perfeita entre os dois elementos. Em uma regressão, o R^2 fica em 0,93, ou seja, 93% da variação é explicada pela variável eficiência absoluta. Evidente que o pouco número de casos, seis partidos, pode apenas indicar uma relação de pura coincidência, mas é improvável que seja apenas uma relação casuística.

Nosso segundo indicador do IOP, a busca por políticas públicas (*policy-seeking*), por meio do Índice de Consistência Ideológica (Ici) averigua o grau de consistência ideológica das coligações. Este tipo de análise já havia sido realizado em outras oportunidades (Krause et al, 2010). Como pode ser observado a seguir, nenhuma legenda possui claros objetivos de fornecer somente políticas públicas. Ao longo do tempo, até mesmo legendas como o PT optaram por este tipo de estratégia

(Krause e Godoi, 2010). Em seu início de existência, na década de 1980, por exemplo, o número de coligações não inconsistentes do PT era inexistente no caso dos governos estaduais, mostrando um claro partido ideológico. No entanto, a partir de 1998, especialmente, 2002, a maioria das candidaturas da organização adota coligações inconsistentes, mostrando uma grande diferença entre o PT da década de 1980 e o de hoje (Krause e Godoi, 2010).

No caso dos partidos de centro, o pertencimento a este bloco pode causar um viés. Isto não inviabiliza nossa escolha metodológica, mas a reforça. A explicação é relativamente simples. A grande maioria das organizações partidárias necessita de parceiros na coligação por vários motivos. Contudo, pertencer ao campo do centro é um facilitador para a organização, pois a procura de parceiros ou da direita ou da esquerda (exclusivamente) coloca a coligação em uma condição de semiconsistência. Já partidos ou de esquerda, ou de direita necessitam “atravessar” o espectro ideológico para compor coligações maiores, ou seja, os custos de uma posição mais próxima dos extremos se elevam. Neste sentido, a busca por políticas públicas das candidaturas de PSDB e PMDB também tem caminhos facilitados, já que podem optar por uma agenda ou de centro-esquerda ou de centro-direita. Ainda assim, em nem metade dos casos isto ocorreu, mostrando como PSDB e PMDB também não estão próximos de estratégias de absoluta maximização por *policy*. O caso do PTB é digno de nota, pois, seus objetivos estão muito distantes de ser o de perseguir políticas públicas.

Tabela 3. Índice de Consistência Ideológica (Ici) entre 2008-2016 nas prefeituras do RS

Partidos	Ici
PSDB	0,40
PDT	0,25
PTB	0,20

Fonte: TSE, elaboração própria.

A última dimensão do nosso indicador, o Índice de Coligações (Icol), está exposta na tabela 4. Se considerarmos que o nosso indicador possui certa validade também nas médias apresentadas, a busca por cargos é o maior objetivo entre as legendas analisadas. No caso do PSDB e PTB, a maior parte de suas candidaturas é coligada e abdica de ser cabeça de chapa. Já as legendas de esquerda, como PDT e

PT se situam em um campo intermediário. Já PMDB e PP, ainda que contenham o objetivo de alcançar cargos, não o fazem como as outras legendas.

Uma hipótese plausível é que legendas com maiores chances de voto, minimizam a importância por cargos já que a vitória eleitoral já permite o acesso aos cargos. Assim, realizamos uma correlação entre a tabela 1 (índice de eficiência absoluta) com a tabela 4 (índice de coligações), cujo resultado é -0,93 (Pearson). Além disso, em uma regressão linear, há a explicação de 86% do R². Ou seja, há uma fortíssima correlação negativa entre ter um forte potencial de votos e prescindir de abdicar da cabeça de chapa. Poder-se-ia argumentar que isto é bastante óbvio, mas nem sempre. Um partido político pode deixar de coligar-se quando não for a cabeça de chapa e tentar ganhar prefeituras, sendo mal sucedido. Este partido terá uma baixa busca tanto por *office* quanto por *vote*.

Tabela 4. Índice de coligações (Icol) entre 2008-2016 nas prefeituras do RS

Partidos	Icol
PTB	0,77
PT	0,62
PP	0,43

Fonte: TSE, elaboração própria.

Onde os partidos políticos se situam, afinal?

Como afirmado na parte teórica, há um amplo debate sobre o lugar atual das organizações partidárias contemporâneas. Ainda que seja somente um exercício subnacional, há claras diferenças entre os objetivos dos partidos políticos gaúchos, mas como um todo, algumas indicações gerais são passíveis de análise.

Quase todos os partidos políticos se afastam de um claro objetivo de exercer um conteúdo programático ideologicamente consistente quando analisamos as coligações. A exceção de partidos de centro (PMDB E PSDB), os objetivos de se atingir políticas públicas como objetivo fundamental se encontram distantes. Em verdade, as alianças consistentes ideologicamente não são tão atrativas eleitoralmente como as coligações semi e inconsistentes (Krause e Godoi, 2010). Neste sentido, eleitores não têm punido alianças ideologicamente inconsistentes. Ainda que seja somente uma única dimensão, o afastamento dos objetivos de *policy*

convergem para a ideia de que as legendas se distanciaram de um modelo de partidos de massa, baseados em um forte enraizamento social.

Poder-se-ia argumentar que alianças com partidos de diferentes blocos ideológicos somente são um cálculo racional para conseguir mais recursos, tempo de TV e apoio político. Sendo assim, não faria sentido a utilização deste instrumento para avaliar o quanto as organizações objetivam *policy*. Para isso, lançamos dois contrargumentos. 1) A lógica de realizar uma aliança heterogênea ideologicamente é perfeitamente racional no sistema político brasileiro. Contudo, ao objetivar um resultado eleitoral, estaríamos falando de um partido *vote-seeking*, afastando-se, justamente, dos objetivos de conquistar *policy*. 2) Caso alguém desconfie do valor heurístico da utilização da consistência ideológica das alianças, sugerimos analisar em separado as organizações partidárias com uma ideologia extrema. Nestes casos, será quase impossível visualizar organizações que realizam tais coligações inconsistentes para vencer as eleições, justamente porque elas se afastariam de um objetivo de *policy-seeking*.

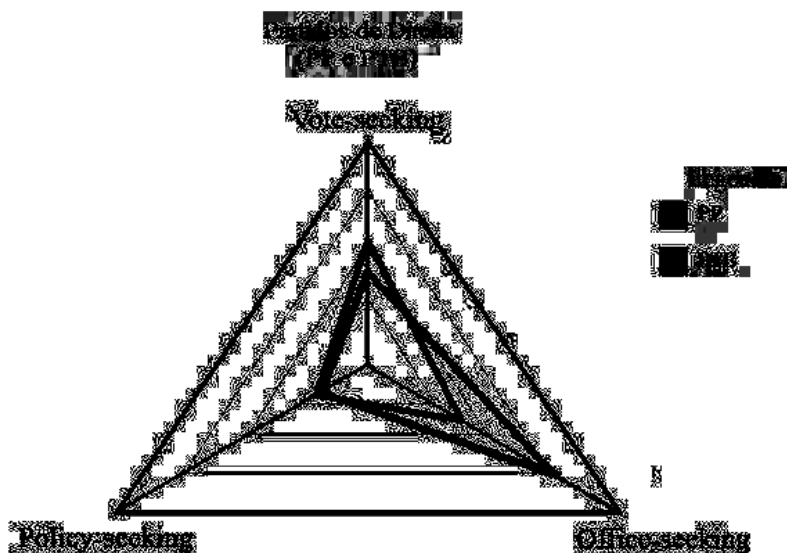
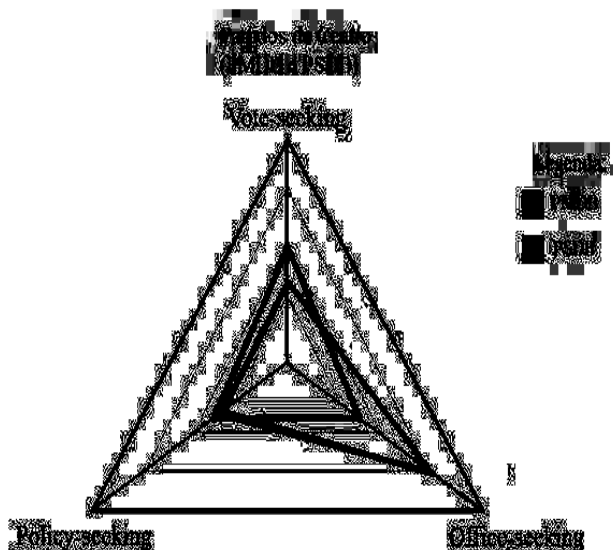
As estratégias de partidos *vote-seeking* aproximam o modelo partidário brasileiro da descrição de Kirchheimer (1966). Tais organizações visam ampliar seu leque eleitoral, realizando o possível para ganhar eleitores. Convergem, também, para a descrição de Panebianco (1982), sobre partidos profissionais eleitorais. Em nossa análise, mostramos como alguns partidos políticos, como PTB e PSDB, no caso das disputas municipais no estado do RS, não se aproximam tanto deste modelo. Tais organizações permitiram candidaturas com pouca possibilidade de vitória, afastando-se, deste modo, de uma estratégia de buscar votos.

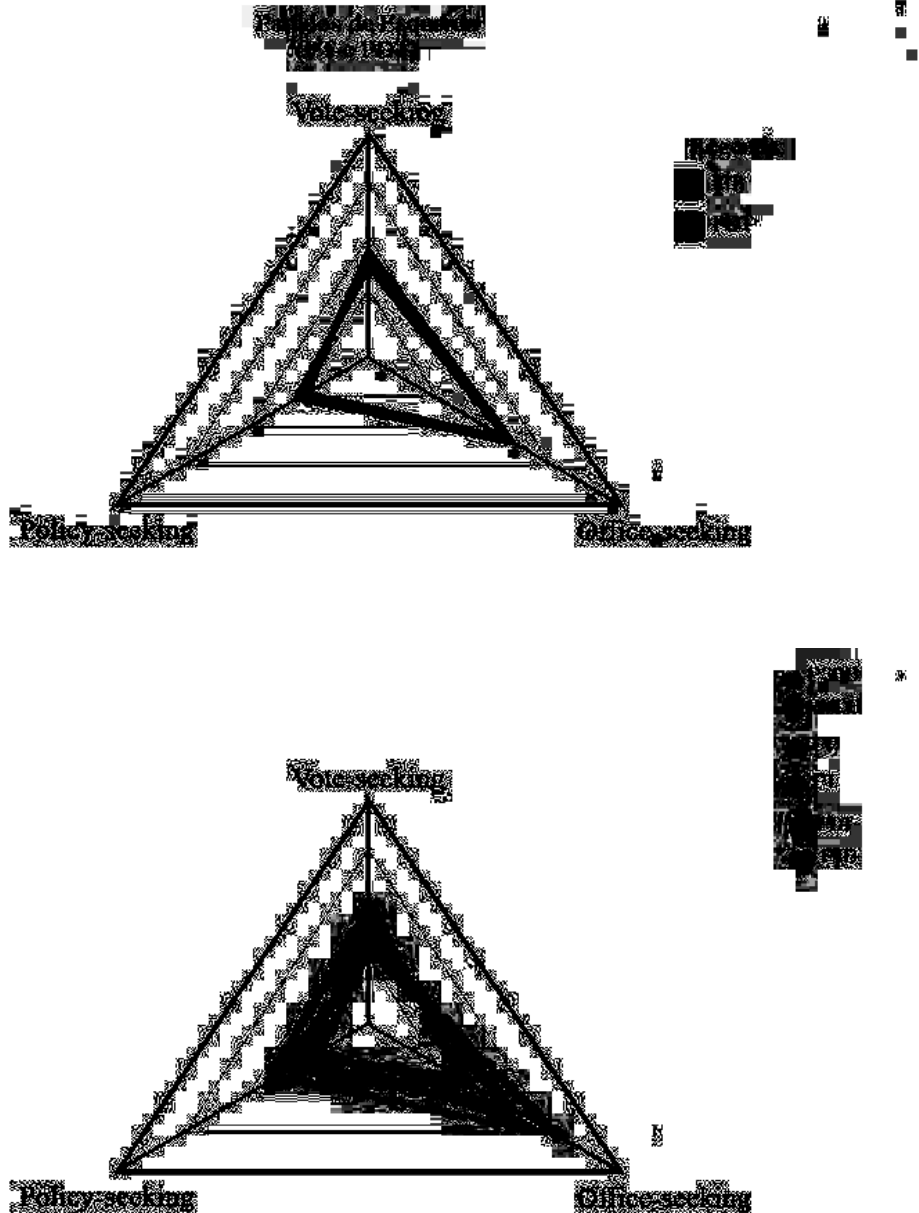
A busca por cargos, segundo nosso indicador, é o maior objetivo dos partidos políticos na média, principalmente no caso do PTB e PSDB. Tais organizações, justamente por não serem grandes perseguidores de votos ou de políticas públicas, acabam tendo os cargos como seu principal objetivo. Assim, quando estão presentes na disputa pelas prefeituras, na grande maioria das vezes, o fazem somente para ter um papel coadjuvante, sem a cabeça da chapa. Aqui a grande questão chave é saber, se, então, as organizações partidárias estão próximas de um modelo do tipo cartel.

A utilização da terminologia cartel ou cartelização do sistema partidário é confusa (Gunther e Diamond, 2003). Em todo o caso, uma dimensão chave é a aproximação com o Estado e as rendas que ali podem ser extraídas (Katz e Mair, 1997; Van Biezen e Kopecký, 2007). Desta forma, o IOP aponta que o grande objetivo de organizações como PSDB e PTB gaúchos é a busca por cargos. Isto não significa, necessariamente, o total distanciamento do *vote-seeking* e *policy-seeking*. Somente significa que as organizações põem em segundo plano tais objetivos. Até que ponto

isto é negativo para a teoria democrática e de representação política não é um debate que possa ser realizado aqui, mas o fato é que a dimensão apenas procedimental/formal das organizações partidárias pressiona nossa compreensão sobre o papel representativo das legendas (Mair, 2003).

Abaixo, está resumido, num triângulo tridimensional, os principais objetivos das principais organizações partidárias do Rio Grande do Sul.





Considerações finais

A bibliografia da ciência política indica que os partidos políticos perseguem diferentes objetivos ao longo do tempo. As organizações partidárias diferem em suas características ao longo do último século. Isto serviu, inclusive, como uma amostra de que existiriam diferentes tipologias ao longo da história das organizações (Duverger, 1970, Katz e Mair, 1997; Kirchheimer, 1966; Panebianco, 2005). Isto não significa, entretanto, uma estrutura rígida, na qual os partidos, em determinado momento histórico, sempre se comportam da mesma maneira (Wolinetz, 2002).

A partir da discussão teórica anterior, propomos um indicador que fosse de fácil aplicação para conhecermos, de maneira aproximada (*proxy*), como as organizações

partidárias se comportam. Assim, criou-se o Índice de Objetivos Partidários (IOP) que averigua, a partir de dados eleitorais, a aproximação dos partidos em três objetivos diferentes e independentes entre si: busca por votos (*vote-seeking*), busca por políticas públicas (*policy-seeking*) e busca por cargos (*office-seeking*).

Assim sendo, realizamos uma análise das eleições municipais do Rio Grande do Sul, entre 2008 a 2016, totalizando 1490 casos. Os resultados mostram como os partidos políticos gaúchos se comportam de maneira diferente, mas no sistema político como um todo, objetivam mais a cargos do que políticas públicas. Os dados analisados vão ao encontro de diversos achados sobre o sistema político brasileiro, mostrando uma boa capacidade do índice em termos teóricos. Espera-se que este tenha sido o primeiro de muitos trabalhos que utilizem este indicador (IOP), permitindo uma visão mais abrangente das organizações partidárias.

Referências Bibliográficas

ADSERÁ, Alicia; BOIX, Carles; PAYNE, Mark. Are you being served? Political accountability and quality of government. *Journal of Law, Economics and Organization*, vol. 19, nº 2, 2003, p. 445-490.

AMARAL, Oswaldo. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, v. 17, 2011, p. 1-44.

BARTOLINI, Stefano; MAIR, Peter. *Identity, competition, and electoral availability: the stabilization of european electorates*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BOHN, Simone; PAIVA, Denise. A Volatilidade Eleitoral nos Estados: sistema partidário e democracia no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 33, 2009, p. 181-202.

CARREIRÃO, Yan. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

DOWNS, Anthony [1957]. *An economic theory of democracy*. New York: Harper and Row, 1999.

DUVERGER, Maurice [1951]. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FAORO, Raimundo. *Os donos do Poder*. Porto Alegre: Globo, 1975.

GIORA, Gustavo; GRABOSKI, Vilmar. *Efectividad i Racionalidad: lãs elecciones municipales em Brasil (2008-2012)*. Lima: ALACIP, 2015.

GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry. Species of Political Parties: a New Typology. *Party Politics*, vol. 9, nº 2, 2003, 167-199.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. Recompensando Lula: Poder Executivo, política social e as eleições brasileiras de 2006. In: MELO, Carlos; SÁEZ, Manuel. (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

KATZ, Richard. MAIR, Peter. Party Organization, Party Democracy, and the Emergence of the Cartel Party. In: MAIR, Peter. *Party System Change*. Clarendon Press Oxford, 1997.

KINZO, Maria. Os Partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, 2005, p. 65 -81.

KINZO, Maria. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. *Political Parties and Political Development*. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: Perfis e tendências*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/UNESP, 2010.

KRAUSE, Silvana; REBELLO, Maurício; SILVA, Josimar. *O perfil dos financiamentos dos partidos: o que as tipologias dizem?* *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16, Brasília, pp. 247-272.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. "Effective" number of parties: a measure with application to Western Europe. *Comparative Political Studies*, v. 12, nº1, 1979, p. 3-27.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LAPALOMBARA, Joseph. Reflection on political parties and political development, four decades later. *Party Politics*, vol. 13, pp. 141-154, 2007.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction. In: LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. *Party Systems and voter alignments: cross-national perspectives*. New York: Free Press, 1967.

MADEIRA, Rafael; TAROUCO, Gabriela. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, vol. 15, n.1, 2015, pp. 24-39.

MAINWARING, Scott. *Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. *Dados*, vol. 37, nº 1, 1994, p. 43-79.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, vol. 11, nº 2, 2005, p. 249-286.

- MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, vol. 28, nº 167, 2003, p. 277-293.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, 1995, 5-34.
- MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Suzan. Eleições e representação, *Lua Nova*, nº 67, p.105-138, 2006.
- MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia Política*, v. 23, n. 54, jun. 2015.p. 155-183.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio. *Partidos, Ideologia e Composição Social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- MAYER, Rodrigo. Padrões de organizações partidárias: 42 partidos políticos latino-americanos em perspectiva comparada. *Tese de Doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- MELO, Carlos. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, Carlos; ALCÁNTARA SAEZ, Manuel. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- MELO, Carlos; NUNES, Felipe. Ideologia e distâncias de preferências: uma comparação dos governos Lagos e Lula. In: INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lúcio. *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.
- MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT - A Formação de Um Partido (1979-1982)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MICHELS, Robert [1912]. As tendências burocráticas das organizações partidárias. In: CARDOSO, Fernando; ESTEVAM MARTINS, Carlos. *Política & Sociedade*. Volume 2. Companhia Editora Nacional. São Paulo: 1979.
- NICOLAU, Jairo. Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil. In: SOARES, Gláucio; RENNÓ, Lúcio (orgs.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- NORRIS, Pippa. *Driving Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- PAIVA, Denise; BRAGA, Maria. PIMENTEL JR., Jairo. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, 2007, p. 388-408.
- PAIVA, Denise; BRAGA, Maria. PIMENTEL JR., Jairo. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, 2007, p. 388-408.
- PAIVA, Denise; TAROUÇO, Gabriela. "Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores". *Opinião Pública*, Campinas, p. 426-451, vol. 17, nº 2, nov., 2011.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARAHOS, Ranulfo; FIGUEIREDO FILHO, Dalson; ROCHA, Enivaldo; SILVA JÚNIOR, José; MAIA, Romero. Construindo indicadores sociais: uma revisão da bibliografia especializada. *Perspectivas*, São Paulo, vol. 44, 2013, pp. 147-173.

PEDERSEN, Morgens. On measuring party system change: a methodological critique and suggestion. *Comparative Political Studies*. v.4, nº12, 1980.

PERES, Paulo. O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira. *Tese de Doutorado*. São Paulo: USP, 2005.

RAE, Douglas. *The political consequences of electoral laws*. New Haven: Yale University Press, 1967.

REBELLO, Maurício. Clivagens Sociais e sistema partidário brasileiro: o caso do PT. In: GALLO, Carlos; SOUZA, Bruno; LEÃO MARTINS, Joyce. *Ciência Política Hoje*. Porto Alegre, Evandrea, 2013a.

REBELLO, Maurício; GIORA, Gustavo; SCAPINI, Marina. Dinheiro realmente importa? Uma análise do financiamento de campanha nas eleições para a ALERGS em 2014. *Revista Debates*, vol. 10, n.3, 2016, pp. 169-188.

REBELLO, Maurício. Ideologias partidárias no governo Lula: a percepção do eleitor. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 12, 2012, p. 298-320.

REBELLO, Maurício. Partidos e governos nas sombras: clareza de responsabilidade, responsabilização eleitoral e sistema partidário no Brasil. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

RIBEIRO, Pedro. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. *Teoria & Pesquisa*, v. 18, 2009, p. 119-150.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião pública*, Campinas, v. 18, n. 1, jun. 2012. p. 177- 197.

SAMUELS, David. A Evolução do Petismo. *Opinião Pública*, v. 14, 2008, p. 302.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

SPECK, Bruno; BRAGA, Maria do Socorro Sousa; COSTA, Valeriano. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia Política*. Vol.23, n.56, 2015, pp.125-148.

TAVARES, José. Rio Grande do Sul: o sistema partidário eleitoral e parlamentar. In: LIMA JÚNIOR, Olavo (Org.). *O Sistema Partidário Brasileiro. Diversidade e tendências 1982-94*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

VAN BIEZEN, Ingrid; KOPECKÝ, Petr. The State and the Parties: Public Funding, Public Regulation and Rent-Seeking in Contemporary Democracies. *Party Politics*, vol. 13, nº2, 2007, pp. 235-254.

VEIGA, Luciana. Os partidos políticos na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, 2007, p. 340-365.

WOLINETZ, Steven. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José; LINZ, Juan. *Political Parties. Old Concept and New Challenges*. Oxford University Press, 2002.

ZUCCO, Cezar. Esquerda, Direita e Governo. In: POWER, Timothy; ZUCCO, Cezar. *O Congresso por ele mesmo*. Belo Horizonte: editor UFMG, 2011.